



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

REQUERIMENTO Nº _____ DE ____ DE OUTUBRO DE 2023.

Autor: Vereador Negação

Partido – União Brasil

“REQUERIMENTO AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES ISAIAS BEZERRA, SOBRE A SEGUINTE PROPOSIÇÃO PLENÁRIA.”

O Vereador **Negação – União Brasil**, Membro da **CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, com fundamento no artigo 187, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres/MT, c/c artigo 4º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, encaminha o presente Requerimento ao **EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES ISAIAS BEZERRA**, para que encaminhe as seguintes informações e documentos no prazo legal:

CONSIDERANDO que as atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres.

CONSIDERANDO a necessidade de buscar informações relevantes sobre a prestação de contas feitas pelo Ex-Prefeito Francis Maris Cruz, em relação aos Exercícios de 2013 e 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de se fiscalizar o cumprimento das normas que disciplinem a prestação de contas por parte do Poder Executivo Municipal.

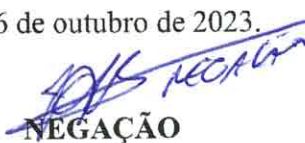
Através do presente Requerimento, me reporto a presença de Vossa Excelência para solicitar cópias dos seguintes documentos/informações:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

1. Informe com a apresentação de documentos quais foram as sobras de recursos em relação ao Exercício de 2013, que passaram para o Exercício de 2014, **em relação a criação da Autarquia Águas do Pantanal**, prestadas pelo Ex-Prefeito Francis Maris Cruz, e, ainda, informe quais foram os valores que sobraram no final do Exercício de 2014, ou seja, se o saldo existente foi positivo ou negativo neste último Exercício da Autarquia Águas do Pantanal, e, qual o valor que se encontra descrito na prestação de contas do Exercício de 2014, que foi apresentado a apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em relação a referida Autarquia.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2023.


NEGAÇÃO

Vereador



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

JUSTIFICATIVA

A efetivação das medidas pretendidas através do presente Requerimento trará medidas de fiscalização por parte do solicitante que é vereador no município de Cáceres, tal medida, "compensará a todos os envolvidos", ou seja, todo e qualquer cidadão ou instituição que deseje ter acesso às contas elucidando quaisquer dúvidas a respeito.

Como premissa basilar a reger todo e qualquer ato da administração pública, destaca a Constituição da República em seu art.37 'caput':

"A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:..." (grifei)

Os mesmos princípios em questão são consagrados pela Lei nº. 8.429/92, que prevê a punição por atos de improbidade administrativa, dispondo em seu art.4º:

"Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos". (grifei)

O **artigo 188¹, c/c artigo 196, inciso VII²**, ambos do Regimento Interno dão fundamento a este Requerimento, além disso, este Vereador verificou a necessidade de fiscalizar esses documentos.

¹ Art. 188. Os requerimentos assim se classificam:

I – quanto à competência para decidí-los:

a) sujeitos apenas a despacho do Presidente da Câmara Municipal;

b) sujeitos à deliberação do plenário.

² Art. 196. Será escrito e dependerá de deliberação do plenário, podendo sofrer discussão, o requerimento que solicite: (...)

VII – pedido de informações referentes aos negócios do município, conforme disposto no artigo 74, inciso XXX da Lei Orgânica Municipal;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

A fiscalização é uma atividade institucional da Câmara Municipal de Cáceres, e, está prevista no artigo 3º, § 3º, do Regimento Interno, senão vejamos:

“Art. 3º A Câmara Municipal tem função institucional, legislativa, fiscalizadora, julgadora, administrativa, integrativa e de assessoramento, que será exercida com independência e harmonia em relação ao Poder Executivo Municipal.

(...)

§ 3º A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara Municipal e pelo exercício do controle externo da execução orçamentária do município com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.” (gf)

Neste diapasão, encaminhamos este importante Requerimento para deliberação Plenária, e, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2023.

NEGAÇÃO

Vereador